

SÃO PAULO/SP - 4 a 6 DE ABRIL 2014



XI

CONFERÊNCIA NACIONAL
DEMOCRACIA SOCIALISTA

R E S O L U Ç Õ E S

5

UMA BELA XI CONFERÊNCIA DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

7

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA XI CONFERÊNCIA NACIONAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA, TENDÊNCIA DO PT

I. A CRISE INTERNACIONAL DO NEOLIBERALISMO
II. A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E AS ELEIÇÕES DE 2014

24

RESOLUÇÃO: O GOVERNO, A AGENDA FEMINISTA E O PROJETO DE SOCIEDADE

33

RESOLUÇÃO: PARA ATUALIZAR AS DIRETRIZES ORGANIZATIVAS DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

37

MOÇÕES

38

COORDENAÇÃO NACIONAL

Democracia Socialista

Resoluções da XI Conferência Nacional da Democracia Socialista

é uma publicação da Democracia Socialista, tendência interna do Partido dos Trabalhadores, dirigida exclusivamente aos filiados e filiadas do Partido dos Trabalhadores.

Edição: Grupo de Trabalho Nacional da DS

Escritório Nacional da DS

SDS, Edifício Boulevard Center, sala 106 - Conic
Brasília-DF – CEP 70.391-900
Fone/fax: 61-3224.0647

contato@democraciasocialista.org.br
www.democraciasocialista.org.br

São Paulo, julho de 2014

UMA BELA XI CONFERÊNCIA DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Entre os dias 4 a 6 de abril, em São Paulo, a tendência petista Democracia Socialista realizou sua XI Conferência Nacional.

Representando cerca de 3 mil militantes que participaram dos debates preparatórios nos estados, reuniram-se trezentos participantes entre delegadas(os) e convidadas(os). O centro das discussões foi orientado pelo texto-base, dividido em dois capítulos: "A crise internacional do neoliberalismo" e "A revolução democrática e as eleições de 2014".

Dando sequência à linha de elaboração que vem desde a IX Conferência (2009), buscamos combinar a compreensão da crise do neoliberalismo aberta em 2008 com o balanço das conquistas e desafios da alternativa brasileira que vem sendo construída desde a vitória de Lula em 2002 e aprofundada pela eleição da companheira Dilma Rousseff em 2010.

Em relação ao primeiro ponto – "A crise internacional do neoliberalismo" –, retomamos a discussão sobre a evolução da crise e também sobre a sua diferenciação entre os setores da economia mundial. Aspecto importante é o impacto na América Latina. De outro lado, a dificuldade de formação de alternativas de esquerda nos

países centrais amplia o espaço de manobra dos Estados e prolonga a crise – essa é uma questão central que paira sobre as possibilidades mais amplas de abrir um novo cenário internacional.

Em relação ao segundo ponto – "A revolução democrática e as eleições de 2014" –, o debate da Conferência destacou a importância decisiva da questão democrática na nova conjuntura aberta pelas jornadas de junho de 2013. Há um nítido "atraso" na democratização do poder enquanto, ao mesmo tempo, formam-se melhores condições sociais de avançar pela esquerda na resolução dessa disjuntiva central. As eleições de 2014 concentrarão os desafios e as chaves para a conquista de uma nova dinâmica política no Brasil na qual o PT possa jogar, novamente, um papel de vanguarda.

O tema partidário foi remetido à 2ª Plenária Nacional, a realizar-se no próximo ano, antes do 5º Congresso do PT previsto para o 2º semestre de 2015.

Como parte da Conferência, uma bonita homenagem foi prestada aos nossos militantes Raul Pont, Arlete Sampaio e Dr. Rosinha, exemplos de militância socialista e com um papel renovado na construção da Democracia Socialista e do PT.

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA XI CONFERÊNCIA NACIONAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA, TENDÊNCIA DO PT

I A CRISE INTERNACIONAL DO NEOLIBERALISMO

1. O neoliberalismo como programa econômico entrou em crise sistêmica, estrutural e global em 2008, quando estourou a crise do capitalismo desenvolvido. Serviu por três décadas à ascensão de uma globalização econômica moldada pelos interesses do capital financeiro internacional. No seu auge, na década de 1990, tinha se constituído em força política governante em boa parte do mundo. Essa vitória conservadora dissolveu a ordem mundial de duas superpotências (a Guerra Fria entre os EUA e a URSS), eliminou os compromissos com a estabilidade e regulação financeira mundial de Bretton Woods e retirou as promessas do Estado de bem-estar social como horizonte civilizatório do capitalismo. Contrariamente aos discursos dos vencedores da Guerra Fria, a partir de então tivemos em um mundo mais desigual, mais instável e mais violento.
2. A crise do neoliberalismo está associada à quebra em 2008 de grandes bancos dos EUA que deriva em crise de dívidas "soberanas" de Estados nacionais e, em seguida, crise da produção e do emprego. Foi o maior abalo do capitalismo mundial desde a crise de 1929.
3. A hegemonia neoliberal no mundo está em xeque. Suas receitas foram desmoralizadas quando, em resposta à crise econômica de 2008, o governo dos EUA aplicou políticas "heterodoxas" para evitar afundar o país na depressão. Porém, a superação plena dependerá da luta política em cada país, em nível regional e em escala mundial. Assim, sua crise não deve ser confundida com a continuidade, ou não, de políticas neoliberais. Onde há força acumulada alternativa, o neoliberalismo recua; onde não há, mantêm-se, mas a custos crescentes.
4. Há de se destacar a enorme dificuldade por parte da burguesia dos países capitalistas centrais em construir saídas para a crise do capital. Os mecanismos de reanimação da economia exigiriam um grande enfrentamento das causas da hipertrofia financista – reforma e controle do sistema financeiro – e uso de medidas econômicas não ortodoxas, que não encontram apoio político suficiente na União Europeia, no Japão ou nos EUA. Nos

países centrais, há que se registrar ainda o não surgimento de barreiras sociais ao vandalismo neoliberal que usa as finanças públicas como privadas em proveito das grandes fortunas, especialmente as financeiras. Nem o movimento sindical nem forças partidárias de esquerda conseguiram, até o momento, levantar resistências significativas. Isso ainda dá ampla margem de manobra ao capital financeiro. E uma polarização política à direita. Seria ilusório, no entanto, supor calma e ausência de novas crises pela frente nos países centrais.

5. Mais de cinco anos depois da eclosão da crise econômica do capitalismo desenvolvido, ainda persistem dúvidas sobre a superação dessa fase. Se há recuperação da atividade econômica, mais nos EUA que na Europa, se fez sem recuperar o nível de emprego e, obviamente, dos salários. Isso já indica que acelerou a desigualdade e se chegou mesmo à criação de uma nova zona de pobreza nos países centrais, incluídos os EUA.
6. Os resultados da crise do neoliberalismo em processo têm sido, portanto, desiguais nos países centrais. E, principalmente, há uma nítida perda de unidade e potência da globalização neoliberal e da autoridade político-militar-econômica-ideológica do seu motor, o capital financeiro e o Estado dos EUA.
7. As crises do capitalismo desenvolvido e do receituário econômico neoliberal coincidem com um momento de transições no poder mundial, com avanços econômicos importantes em anteriores periferias que hoje são polos emergentes e impasses no unilateralismo da estratégia político-militar dos EUA (como ficou evidente na frustrada tentativa de invadir a Síria).
8. Importante analisar a China nesse contexto. Aqui anotamos apenas alguns aspectos, de uma dinâmica que precisa ser mais conhecida. Apesar de ter participado ativamente da globalização, o fez sem perder sua autonomia nacional e o papel central do seu Estado. A China não afundou junto com a crise. Reduziu relativamente seu alto crescimento, mas não caiu na vala comum da crise neoliberal dos países centrais. Vem construindo um enorme mercado interno e a mais ampla classe operária do planeta. Ao passo que reduz a miséria, não parece conter um processo de crescimento de desigualdade interna. Em qualquer cenário, a China é um elemento central para o debate macroeconômico, em contraste com a globalização neoliberal. Permanece a questão se uma sociedade que viveu uma revolução popular e socialista pode conviver por muito tempo com a desigualdade, com o imperialismo e com a questão democrática bloqueada. A perspectiva histórica de uma revolução política poderia introduzir fundamentos novos para o desenvolvimento socialista da China: o desenvolvimento sustentável, a igualdade de gênero, o respeito à diversidade sexual, construindo um ambiente que reponha a democracia no centro da vida da nação.
9. A América Latina, especialmente a do Sul, continua um espaço privilegiado de construção para avanços políticos e econômicos alternativos à ordem neoliberal e ao imperialismo iniciado com a vitória eleitoral de Chávez na Venezuela em 1998, potencializado pelo Fórum Social Mundial (com delegação de 117 países) em 2001 e fortalecido com a eleição de Lula presidente do Brasil em 2002. Em toda a região, nos países onde foram eleitos governos progressistas e de esquerda, houve uma recuperação do papel dos Estados frente aos mercados, abrindo um período político pós-neoliberal. Resultado dessa mudança foi a retirada de enormes contingentes da popu-

lação da condição de pobreza extrema e a melhoria da distribuição de renda. Diferentemente das receitas neoliberais, a região respondeu à crise de 2008 com esforços adicionais para defender e até promover o emprego formal e os salários e sustentar a economia com base na demanda interna/regional e nas relações Sul-Sul.

10. O período de crise do neoliberalismo, no entanto, não foi correspondido com novas iniciativas de unificação desse espaço regional pós-neoliberal, seja no Mercosul, na Unasul ou na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Existe uma agenda regional pendente sobre cooperação em relação às finanças internacionais de nossos países. Sua concretização muito ajudaria a enfrentar os embates de nossas economias com o capital financeiro globalizado.
11. Há que se destacar, no entanto, que não faltaram iniciativas econômicas bilaterais ou avanços políticos nacionais. É de se mencionar a recente iniciativa do Brasil com Cuba, na área econômica (construção do porto de Mariel, em Cuba) e na área da saúde (Programa Mais Médicos, no Brasil). A vitória de Bachelet no Chile se fez com uma plataforma política que tenta superar a herança econômica do pinochetismo nessa sociedade, o que a experiência dos governos da Concertação (1990-2009) não fez.
12. No plano econômico, a região tem estado sob forte pressão do capital financeiro internacional. Dois países, Venezuela e Argentina, que fizeram das restrições à circulação do capital financeiro internacional uma ferramenta central para seu desenvolvimento econômico sofrem forte pressão sobre suas moedas e problemas em suas balanças de pagamento. No Brasil, o capital internacional pressiona para que o governo abandone a política de fortalecimento do Estado frente ao mercado, mas o país tem conseguido expressar um processo mais robusto, embora mais passo a passo, de alternativa ao neoliberalismo.
13. As vitórias nas eleições presidenciais de Nicolás Maduro, do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), na Venezuela (2013), e de Salvador Cerén, da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), em El Salvador (2014) mostram que o ciclo de governos progressistas continua vigente e, ao mesmo tempo, enfrenta novos desafios com o perigo da "reversão" das conquistas, do que dão conta as margens exíguas de votos dessas vitórias. Esse risco é alimentado pela combinação de dificuldades na gestão de governo em um contexto de grande pressão articulada, de fora, do imperialismo norte-americano e, de dentro, das oligarquias retrógradas.
14. Uma das principais batalhas regionais ocorre na Venezuela. O governo dos EUA e as forças conservadoras venezuelanas querem manipular setores sensíveis a dificuldades econômicas para derrubar o governo constitucional. Seguem um roteiro que tem muita semelhança com o que fizeram em 1972-3 para derrubar o governo de Salvador Allende no Chile. O governo Maduro tem mostrado firmeza para intervir na economia, no abastecimento de produtos básicos e no mercado paralelo do dólar, com resultados positivos. E tem convocado todos os setores a uma negociação pela pacificação do país. Mas trata-se de uma disputa em curso.
15. Há um tabuleiro de iniciativas regionais progressistas que devem ser potencializadas: o Mercosul que agora conta com a Venezuela como membro pleno, o retorno do Paraguai e os pedidos de ingresso da Bolívia e do Equador; a Unasul e a Celac, ambas pautadas por importantes temas políticos, sociais e de defesa, quer dizer,

temas não comerciais. Na estratégia de longo prazo, é preciso fazer convergir Mercosul com Unasul, em um movimento duplo na economia e na política, ao qual se interpõe agora a "Aliança do Pacífico", que agrupa os países sul-americanos que têm acordos de livre comércio com os EUA (Colômbia, Peru e Chile com o México). Essa iniciativa é o que restou do naufrágio do projeto Alca na região, mas busca estabelecer um paradigma alternativo ao da integração pós-neoliberal. Se nossa região será um ator importante no redesenho do poder mundial, ou um apêndice da política exterior dos EUA, depende dessa batalha. Neste sentido, enfatizamos também a necessidade de fortalecer espaços de integração regional como a União Africana (UA) e a Comunidade do Caribe (Caricom), regiões que possuem fortes laços culturais com o Brasil.

16. É importante acompanhar criticamente os passos da política exterior brasileira na OMC e as posições negociadoras do Mercosul com a União Europeia. Não somos partidários de estratégias isolacionistas da região ou do Brasil. A economia regional e o Brasil devem ter capacidade de estabelecer vínculos econômicos com as economias capitalistas desenvolvidas não somente para aceder mercados para nossas exportações, mas também para ter acesso às tecnologias mais avançadas. Mas essas vinculações devem ser feitas desde posições soberanas e não de forma dependente e subdesenvolvida.
17. O debate sobre a crise do neoliberalismo retoma aquele sobre os ciclos longos de crescimento do capitalismo. A longa hegemonia neoliberal, vigente desde os anos 1980, parece ter chegado ao seu limite crítico e aberto um período novo, sem determinismos. O triunfalismo neoliberal afundou, mas as forças capitalistas que o produziram recuperaram terreno nos países centrais. E esse parece um elemento muito forte de incentivo e ação de burguesias dependentes, como a brasileira.
18. Não há sinais, por um lado, da construção de uma alternativa capitalista de superação da crise: continuam os movimentos geopolíticos de redistribuição dos poderes econômicos e políticos que têm como epicentro a ascensão da China; não se vislumbra a retomada de um período mais dinâmico de crescimento de conjunto da economia capitalista; não se elaborou no campo neoliberal uma resposta política coerente e de conjunto às suas contradições. Talvez possa se falar em um cenário instável e polarizado pela direita da crise do neoliberalismo, que advém de um princípio de recuperação da economia norte-americana, de importantes vitórias políticas do neoliberalismo na Europa a partir da liderança do Estado alemão e das instituições neoliberais que regulam a unidade europeia, bem como de um novo campo de pressões sobre as transformações na América Latina, único continente que apresenta uma clara dinâmica de processos históricos de construção pós-neoliberal. Trata-se, sobretudo, de compreender melhor os desafios, potencialidades e impasses da construção de um período pós-neoliberal.
19. O primeiro grande desafio é o internacional: como fenômeno vinculado à globalização financeira, a superação plena do neoliberalismo exige uma dinâmica internacional alternativa. Ora, a continuidade de poder político, econômico, militar e geopolítico dos EUA, apesar da crise de sua capacidade de direção, o poder econômico dos grandes capitais financeiros e o controle de órgãos como o FMI, a OMC, o Banco Mundial ou estratégicos como o Banco Central Europeu conferem ao neoliberalismo uma grande capacidade de prolongamento de sua dominação, a custos e conflitos sociais crescentes, seja socializando perdas via dívidas públicas, impondo em seguida fortes cortes em gastos sociais ou estabelecendo novos pactos de regulação financeira. Neste contex-

to, em graus variados, todos os Estados nacionais vêm sendo pressionados a incorporar limites e constrangimentos às suas políticas econômicas. Passa a ser fundamental o grau de soberania nacional e a construção de espaços regionais ou de relações internacionais que resistam à lógica do neoliberalismo em crise.

20. Um segundo desafio é o democrático, que ficou muito nítido nos casos europeus, de luta contra os pacotes de austeridade. Há um nítido esvaziamento dos mínimos procedimentos republicanos baseados na soberania popular, com uma fuga das decisões-chave para organismos não eletivos e a impotência dos cidadãos. Entre partidos institucionalizados apegados às regras do jogo e movimentos sociais disruptivos mas sem uma clara expressão política, cria-se um vácuo que favorece a captura do Estado pelas forças políticas neoliberais. A alternativa está exatamente em lutar por novas formas de democracia direta e participativa e em lutar para construir partidos com forte capilaridade nos movimentos sociais capazes de expressar o ponto de vista da soberania popular e alternativas, ainda que embrionárias, ao neoliberalismo, conjugando um novo quadro institucional das formas de representação e democracia participativa.
21. Um terceiro grande desafio é o de contrapor-se à profunda erosão dos valores e tradições socialistas e do mundo do trabalho, que na dinâmica da crise funciona como ausência de um horizonte de alternativas culturais e políticas sólidas para enfrentar o neoliberalismo. Os anos recentes serão lembrados por um novo ciclo de desmoralização e aprofundamento da perda de identidade das tradições social-democráticas europeias, que desde os anos 1990 já se inscreveram nas ambiguidades da chamada Terceira Via. Serão lembrados também pela impotência das tradições anticapitalistas, em particular as de viés sectário, em romper a barreira do isolamento e da margem em meio à crise.
22. A globalização neoliberal, no entanto, retrocedeu, abrindo novos espaços de ação nacional e internacional. Ao mesmo tempo, no plano da teoria crítica, novos debates vêm se colocando com relativa força: a questão do desenvolvimento e do Estado, da democracia, das classes sociais e da própria crítica ao capitalismo. É importante lembrar que essas discussões estavam quase soterradas no tempo do pensamento único. Quiçá, possamos em breve ter o socialismo como tema atual. É para isso que lutamos. Esta conjuntura internacional que apresenta limites estruturais às ações de caráter socialista para uma curta temporalidade deve ser incorporada ao exame das potencialidades e desafios que se colocam para o PT, como um partido histórico do socialismo democrático.

II A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E AS ELEIÇÕES DE 2014

23. As eleições de 2014 devem ser analisadas como parte do longo ciclo de luta contra o neoliberalismo, com início em 1989, quando se centralizou na disputa entre a candidatura Lula e a candidatura Collor. Neste período de 25 anos, as eleições presidenciais no Brasil têm se tornado momentos críticos de passagem entre conjunturas, condensando conquistas e impasses vividos nos quatro anos anteriores e, ao mesmo tempo, indicando novas possibilidades a partir das mudanças na legitimidade democrática e na correlação de forças entre os diferentes projetos políticos de classe.

24. Assim, seria possível identificar um sentido particular, único e singular, de cada grande disputa política nacional que se organiza em torno das eleições presidenciais: 2002 marcou o início de um novo ciclo político do país, com a vitória de Lula em um quadro de forte chantagem dos capitais financeiros internacionais e das forças políticas neoliberais; 2006 foi fundamental para marcar a conquista de um segundo mandato Lula, após a grave crise de 2005, consolidando e legitimando uma inflexão à esquerda importante para a legitimidade da luta contra os fundamentos neoliberais (nova orientação da política econômica desde o final de 2005, nova política do salário mínimo, denúncia das privatizações no segundo turno, consolidação da legitimidade das novas políticas de inclusão social); 2010 foi uma clara manifestação do apoio à continuidade e aprofundamento das mudanças conquistadas nos governos Lula, a partir das respostas à esquerda diante dos novos desafios da crise econômica internacional de 2008, com a construção da liderança política de Dilma Rousseff em meio a um quadro de forte acirramento da luta de classes a partir de uma contraofensiva político-midiática neoliberal e conservadora promovida pela candidatura Serra, principalmente a partir do final do primeiro turno. Qual a singularidade que se pode prever, então, das eleições de 2014 na longa trajetória de disputas contra o neoliberalismo?
25. Nos últimos anos, temos focado a dialética entre a crise internacional do neoliberalismo e o acúmulo de vitórias contra as forças neoliberais no Brasil como um potencial inscrito em uma revolução democrática. Tal potencial ocorre pelo ciclo de políticas aberto pelo governo Lula, no sentido de avançar para um novo patamar de planejamento público e de políticas macroeconômicas, de universalização das políticas sociais e de desmercantilização dos bens necessários à reprodução da vida social. No entanto, é necessário acúmulo de forças sociais para produzirmos uma democratização qualitativa dos centros de poder da sociedade. Há pontos-chave para a efetiva democratização do poder frente aos quais a luta estritamente institucional será incapaz de destravar: um novo quadro institucional das formas de representação e democracia participativa, de democratização do processo de formação da opinião pública, de fim da corrupção sistêmica, de avanços na Justiça de Transição¹ e de superação das dimensões conservadoras das políticas de segurança pública; processo associado a um novo patamar de planejamento público e de políticas macroeconômicas, abrindo um período de universalização das políticas sociais e de desmercantilização dos bens necessários à reprodução da vida social formando um Estado alicerçado nos valores da solidariedade, do feminismo e da multi-etnicidade.
26. Nesta perspectiva da política da revolução democrática, o objetivo central de reeleger Dilma Rousseff se conjuga com o objetivo de maximizar a derrota dos neoliberais – derrotando-os também em governos estaduais centrais e crescendo as bancadas do PT – e o de criar a legitimidade política para o aprofundamento das mudan-

1. "No contexto dos países latino-americanos que sofreram ditaduras militares, com todo o seu rol de crimes contra os direitos humanos, o Brasil ainda é um dos países mais atrasados na aplicação da chamada Justiça de Transição, consagrada no direito internacional. Isto é, um conjunto de ações de reparação, segundo os valores democráticos, daqueles que sofreram violências de todos os tipos (da censura à tortura, do exílio à morte, da cassação à demissão por motivos políticos) das ditaduras militares, o que inclui a punição dos torturadores considerados autores de crimes imprescritíveis. O direito ao reconhecimento público da verdade, a homenagem aos martirizados na luta contra o regime militar, a valorização de seus projetos e utopias de transformação social se enquadram na Justiça de Transição. No Brasil, a transição negociada entre liberais conservadores e os dirigentes militares da ditadura preservou, em nome do esquecimento dos crimes cometidos, o direito de veto dos militares à Justiça de Transição" (Resolução da X Conferência Nacional da DS, parágrafo 67).

ças em um sentido pós-neoliberal. Nesse sentido, é fundamental uma nova pactuação de alianças e convergências com os movimentos sociais para criar um novo contexto de possibilidades de reformas estruturais, democráticas, populares e republicanas no Brasil.

O QUADRO DA DISPUTA PELO QUARTO MANDATO

27. O atual favoritismo da reeleição de Dilma Rousseff reflete o apoio majoritário do eleitorado, dos trabalhadores e dos setores mais pauperizados às conquistas acumuladas pelos três últimos governos, em particular nos campos econômico e social. Apesar de governar em meio à continuidade da crise internacional, o governo Dilma Rousseff conseguiu manter, embora em um ritmo menor, a dinâmica iniciada mais claramente no segundo governo Lula de crescimento da oferta de empregos formais, valorização do salário mínimo e do salário médio, ampliação das políticas de inclusão social, além de expansão de direitos trabalhistas (como a das empregadas domésticas) e antirracistas (como a cota dos não brancos nos empregos públicos), além de expansão das políticas públicas na área de educação (Pronatec, creches) e na saúde (Programa Mais Médicos). Os financiamentos e o apoio à agricultura familiar, bem como o financiamento público ao maior programa de casas da história brasileira, foram aprofundados. Essas dinâmicas de inclusão social e de caráter distributivo conflitam com as dinâmicas de desemprego, redução de salários e de serviços públicos que atingiram, de forma desigual, a maioria dos países do mundo no último período.
28. Essas razões de caráter histórico e acumulativas de apoio ao governo Dilma Rousseff foram atualizadas pelo caráter democrático e popular das respostas do atual governo federal às manifestações de junho de 2013. Com efeito, após um forte desgaste inicial da imagem e da popularidade do governo, diante da campanha midiática concentrada de ataques, o governo Dilma Rousseff no segundo semestre de 2013 conseguiu entrar em uma dinâmica de reconstituição dos patamares de apoio e popularidade, embora inferiores aos altíssimos índices anteriores de aprovação. Essa dinâmica de recuperação só foi possível porque o governo Dilma priorizou o diálogo com os movimentos sociais (em contraste com o perfil repressivo dos governos do PSDB) e respondeu às manifestações com cinco propostas que incidiam sobre as reivindicações das ruas. A defesa da reforma política e da convocação de uma Assembleia Constituinte Extraordinária inicialmente feita, a priorização de novas leis contra a corrupção, a abertura de um novo ciclo de investimentos no transporte público, os novos investimentos na educação e saúde (com o destino prioritário das receitas do pré-sal para essas áreas), o Programa Mais Médicos e o compromisso em manter o controle da inflação marcaram um novo período de dinamismo do governo. Ao mesmo tempo, evidenciaram as dificuldades das oposições, em particular aquela liderada pelo PSDB, em estabelecer uma conexão programática com as reivindicações das ruas que, fundamentalmente, reivindicam um aprofundamento das políticas antineoliberais por meio de uma maior oferta de bens públicos.
29. Esse favoritismo da candidatura de reeleição de Dilma Rousseff não pode ser confundido com uma ilusória e perigosa certeza apriorística de sua vitória nas eleições de 2014. Como nas três eleições anteriores, não se manifesta nas coalizões e na própria sociedade brasileira uma situação de clara hegemonia do PT e das esquerdas que estabeleça como mais provável uma vitória no primeiro turno das eleições, embora ela não possa ser descar-

tada. A força econômica do capitalismo internacional e sua influência no Brasil, a vantagem estrutural da correlação de forças dos neoliberais nos meios de comunicação de massa, os impasses ainda não superados das marcas da institucionalização do PT e dos limites corporativos dos movimentos sociais, em particular o sindical, indicam uma forte disputa política em 2014.

30. São visíveis, por outro lado, as dificuldades da candidatura Aécio Neves em construir uma dinâmica competitiva e polarizadora nas eleições presidenciais de 2014. Essas dificuldades têm a sua origem fundamental na dificuldade histórica do neoliberalismo em protagonizar um programa com legitimidade e atração popular desde a crise agônica do segundo governo FHC. Articulada mais claramente logo após as eleições de 2010, a partir da aliança de Aécio com FHC, contra as articulações serristas no interior do PSDB, esta candidatura se propôs desde o início a uma espécie de refundação pública da identidade do PSDB em sua defesa aberta do legado virtuoso dos governos FHC e de um programa nitidamente neoliberal. A esta identidade e este programa retomados e atualizados, a candidatura de Aécio propunha-se a liderar uma espécie de “mutirão das oposições”, dissolvendo a coalizão política construída em torno da sustentação do governo Dilma Rousseff.
31. O balanço dessa estratégia evidencia uma conquista apenas parcial e problemática desses objetivos. Sem ter uma memória de disputas nacionais anteriores, Aécio chega a 2014 sem uma liderança política nacional e sem um caminho para sua construção. A resistência serrista no PSDB claramente atrasou os seus ritmos. Além disso, ainda é muito frágil e estreita a coalizão política montada pelo PSDB (até agora apenas a atração previsível do sindicalismo corrompido e instrumental da Força Sindical, agora Partido Solidariedade, com o afastamento simbólico, mas importante do antes fiel PPS). Por fim, o cenário visado pela construção desta candidatura, estreitamente afinada com a inteligência política e midiática dos capitais financeiros, de estimular e provocar uma desestabilização da economia brasileira, através do alento às expectativas da inflação interna e desconstrução artificial da credibilidade da economia brasileira no exterior, não tem obtido sucesso, embora tivesse pressionado a política macroeconômica do governo Dilma a uma atitude claramente defensiva. A candidatura Aécio, que conta ainda com o apoio preferencial dos setores financeiros e midiáticos, terá o apoio majoritário, mas não pleno, da estrutura orgânica do PSDB, seus governos estaduais, seu enraizamento nacional, e desfruta mesmo neste quadro de um potencial importante de votos. O seu desafio é justamente evitar a atração oposicionista alternativa de outro polo em formação, aquele da candidatura Campos/Marina.
32. A candidatura Campos/Marina é, por excelência, o lugar da indeterminação nessas eleições, com seus limites e potencialidades. A sua performance eleitoral depende de ações e movimentos da candidatura Dilma e da candidatura Aécio: seu potencial de crescimento no campo ao centro do eleitorado, apresentando-se como uma alternativa nova à polarização histórica entre PSDB e PT e seu potencial de crescimento no campo à direita na dependência direta das dificuldades da candidatura Aécio. O fato de Campos nunca ter tido uma participação eleitoral nacional, uma certa instabilidade da aliança com Marina, a força ainda não provada de sua inserção eleitoral na região nordeste, a instabilidade e fraquezas de suas coalizões nos colégios eleitorais centrais do país acrescentam fatores a esta indeterminação básica de seu potencial. Nesse quadro muito amplo de previsões, o central é definir a natureza política dessa candidatura, que deve orientar a nossa crítica pública a ela.

33. Se a candidatura Aécio representa um retorno e atualização do fundamentalismo neoliberal, a candidatura Campos/Marina é nitidamente uma candidatura de conciliação com o programa e as forças do neoliberalismo. Isso está nítido na construção de sua narrativa, que vê o período neoliberal de FHC de forma positiva, centrada na realidade mitificada da estabilidade da economia e como antessala das conquistas sociais reconhecidas dos governos Lula e Dilma. Está presente também nos seus acenos e incorporação da crítica neoliberal às políticas macro econômicas do governo Dilma, acenando para uma nova pactuação com os núcleos do poder capitalista e financeiro do Brasil. Está presente igualmente na prioridade de suas alianças com forças pessedebistas, afastando-se de uma centralidade de aliança com o PT que marcou até agora a identidade do PSB no grande ciclo de lutas históricas contra o neoliberalismo. Esse perfil de Campos, permeado pela ambiguidade retórica de reclamar-se da herança das conquistas sociais da era Lula, busca lançar uma ponte para uma aliança de segundo turno com as forças neoliberais. Evidencia que no campo da disputa política brasileira não há neutralidade na polarização social estabelecida desde 1989 e acelerada após a conquista do governo central em 2002. Entre dois centros de gravidade, o da revolução democrática e o da reconstituição do domínio do capital sobre o governo central, Campos está polarizado pelo segundo.
34. Um discurso que identifica Campos exatamente com o neoliberalismo e o ataca como "traidor" tem a sua eficácia política limitada porque a construção de sua imagem pública certamente incorporará a mobilização simbólica e real de seu tempo de inscrição na luta antineoliberal e se defenderá a priori da acusação de "traição" com a narrativa que pretende ser uma alternativa ao esgotamento do ciclo petista, mobilizando dessa vez os acúmulos de antipetismo inscritos na disputa política nacional. É muito provável que conte com o auxílio e apoio da rede midiática neoliberal para construir essa imagem e esse discurso, como já vem sendo apontado publicamente por FHC. Na verdade, a eficácia da crítica da conciliação de Campos/Marina com o neoliberalismo de FHC só ganhará legitimidade se o programa, a identidade e os movimentos políticos da candidatura Dilma Rousseff apresentarem uma crescente nitidez antiliberal, aprofundando o caminho de um Brasil pós-neoliberal. Isto é, quanto mais a candidatura Dilma Rousseff apresentar uma identidade e uma mensagem vinculadas às diretrizes de uma revolução democrática, como viemos defendendo, incorporando inclusive com centralidade a questão democrática e também cobrindo a "brecha ecológica" através da qual se alimenta o discurso ambíguo de Marina Silva, mais a denúncia da conciliação de Campos/Marina com o neoliberalismo de FHC ganhará credibilidade e atração eleitoral.
35. A demarcação frente a Eduardo Campos é importante por três razões. Em primeiro lugar, mostra que há um campo possível de convergências de ações dos neoliberais e dos conservadores com os setores sectários de esquerda, em torno da principalidade do combate ao governo petista, que pode tomar diferentes configurações. O canal dessa convergência é certamente o poder de comunicação de massas, estruturalmente em mãos de setores neoliberais e conservadores, com sua capacidade de disputar o simbolismo e a narrativa das manifestações. Em segundo lugar, serve para designar o lugar em que a candidatura Campos/Marina procura se posicionar: de um lado, alimentando a narrativa do fim de um ciclo petista e, de outro, apresentando-se como uma alternativa que se colocaria de fora, ou, pelo menos, com menos compromissos com os vícios do sistema político atual. A história do PSB e da própria Marina no ciclo dos governos liderados pelo PT lhes dão, inclusive,

- certa legitimidade para se apresentar como atores de um novo ciclo político, que manteria "os acúmulos históricos do PSDB e do PT no campo da estabilidade econômica e da inclusão social".
36. Serão muito decisivos neste quadro a postura, os posicionamentos públicos e as iniciativas do governo Dilma e principalmente do PT em relação aos movimentos sociais e às reivindicações públicas em continuidade daquelas ocorridas em junho de 2013. Como se afirmou no início, uma das singularidades principais destas eleições de 2014 será muito provavelmente uma maior combinação entre a luta eleitoral e as lutas públicas por direitos, suas diretivas e seus simbolismos. E a sua cena é exatamente a véspera e a realização da Copa do Mundo no Brasil, trazida artificialmente com o apoio da mídia para o centro da crítica aos impasses brasileiros como uma forma de criar um clima de desestabilização e negativismo em relação ao atual governo federal. Nossas bandeiras e lutas contra a exploração do corpo das mulheres e a prostituição, assim como a defesa das liberdades de expressão e mobilização social e cultural, não se limitam aos grandes eventos. A Copa da Fifa traz contradições da sociedade de classes que não podem ser debitadas negativamente ao nosso governo. Combateremos, como sempre, toda e qualquer agressão a nossa diversidade cultural. Ao mesmo tempo, vamos curtir nossa paixão pelo futebol, afirmando o Brasil como um país livre, que vive um processo de revolução democrática em ruptura com o neoliberalismo.
 37. Em relação às manifestações de junho e seus desdobramentos, há, grosso modo, três campos de disputa política e simbólica. O primeiro é o campo neoliberal que procura expressá-las e incorporá-las à sua narrativa de que o ciclo petista chegou ao fim, em um cenário desastroso para o país (impasse do crescimento, perda de controle da inflação, perda de credibilidade internacional da economia brasileira etc.) e de corrupção generalizada, liderada pelos "mensaleiros petistas". Há aí um campo inesgotável de iniciativas de provocação, de instrumentalização e até eventualmente de sabotagens da direita neoliberal no Brasil, que podem ocorrer no sentido de criar uma cena política de pânico e de descontrole públicos. É preciso encontrar a linguagem política democrática e republicana para denunciá-las desde já.
 38. O campo da esquerda sectária (PSTU, PSOL e outros pequenos agrupamentos), em uma posição fortemente minoritária ou marginal na institucionalidade democrática existente, advoga uma estratégia de ação centrada na denúncia do governo do PT, inserida no repúdio geral aos "políticos corruptos". Daí a centralidade simbólica conferida ao evento Copa do Mundo, a não delimitação crítica entre o governo Dilma e governos neoliberais como o de Alckmin.
 39. A utilização sistemática e prioritária da violência em manifestações de massa constitui um novo desafio para as esquerdas que se organizam em torno ao socialismo democrático. Por um lado, há que se delimitar claramente as visões de mundo conservadoras que deslegitimam o conflito e a legitimidade das ações dos movimentos sociais. É preciso não apenas fazer a defesa aberta da legitimidade das manifestações democráticas, como se colocar junto com elas, incentivando-as e mostrando a sua importância na luta pelo aprofundamento das mudanças no país. De outro, é preciso dar centralidade à denúncia da violência policial institucionalizada no sistema de segurança público brasileiro, herdado da ditadura militar, inclusive das posturas repressivas adotadas

pelos governos neoliberais. A isso devemos acrescentar a desmilitarização das polícias, a construção de um Sistema Nacional de Seguranças Pública (a exemplo do SUS e SUAS) e a organização de uma diretriz democrática e republicana para o uso da força por parte do Estado, a partir da PEC da Desmilitarização das Polícias e do Projeto de Lei sobre o uso de armamentos não convencionais, ambos apresentados pelo senador Lindberg Farias (PT-RJ) ainda em 2013, como resposta à brutal repressão das PMs do Rio de Janeiro e de São Paulo às manifestações. Por outro lado, faz parte da origem e do desenvolvimento da tradição do socialismo democrático a crítica rigorosa à estratégia de pequenas vanguardas autorreferidas, que fazem do recurso à violência um meio de cobrir a sua carência de liderança, a denúncia de visões de mundo que fazem do uso da violência o seu centro, em detrimento dos valores humanistas e do respeito aos direitos humanos, a defesa da democracia como o lugar político da legitimação do conflito, da diferença e da contestação. A tradição do socialismo democrático, como em uma vasta tradição do republicanismo e na linha dos próprios fundadores do marxismo, confere legitimidade ao uso, se necessário, da violência contra regimes despóticos ou que proíbem as manifestações fundamentais da liberdade e da soberania popular.

40. O terceiro campo é o da esquerda, cujo posicionamento pode e deve ser interpretado como um aprofundamento do posicionamento e das propostas publicamente pela presidenta Dilma Rousseff. Este posicionamento está centrado no reconhecimento da legitimidade das manifestações democráticas, procurando distingui-las das ações diretas de violência e depredação; na disposição ao diálogo com elas, alternativamente à postura basicamente repressiva de governos liberais ou conservadores; na centralidade conferida à luta pela reforma política do sistema eleitoral, no aprofundamento da luta sistêmica contra a corrupção, no reconhecimento de uma crise urbana e da necessidade de investimentos novos e qualitativos nos transportes públicos; na prioridade para os investimentos em educação e saúde públicas; e no compromisso em manter a inflação sob controle.
41. Mais importante, a demarcação desses três campos de possíveis relações com as mobilizações populares indica um caminho para o PT e para o governo Dilma nestas eleições: a disputa dos 60% dos eleitores que, em média nas pesquisas aferidas recentemente, desejam muitas mudanças no país e que hoje não convergem majoritariamente para um candidato alternativo. Aliás, nas pesquisas aferidas, a reeleição de Dilma consegue já, de fato, polarizar uma parte dessas aspirações de mudanças, devido ao seu posicionamento decisivo frente às manifestações de junho. É exatamente esta identidade – continuidade das mudanças já conquistadas e início de um novo ciclo histórico de mudanças democráticas e sociais – que pode fechar o espaço para uma alternativa que se apresente no imaginário do eleitorado como disposta a um novo ciclo político que supere a polarização histórica entre coalizões lideradas pelo PT e pelo PSDB. É exatamente a partir de um programa e de uma proposta de mobilizações em torno deste programa que represente a continuidade das mudanças que se pode estabelecer o duplo combate político nestas eleições: a crítica à candidatura Aécio como um retrocesso aos tempos de FHC e à alternativa Campos/Marina como incapaz de liderar um aprofundamento das mudanças em função da conciliação central com o neoliberalismo que constitui esta coalizão: o elogio histórico ao governo FHC e a disposição de se aliar às forças neoliberais e conservadoras para governar o país.

42. A valorização da disputa programática, de valores e dimensões simbólicas tem sido fundamental nesses anos de luta com o neoliberalismo para criar a legitimidade democrática para ação dos novos governos eleitos. No caso das eleições de 2014, este reconhecimento é ainda mais decisivo. As manifestações de junho e seus dobramentos na opinião pública imprimiram nova legitimidade à luta pela democratização do sistema político, contra a corrupção sistêmica e pelos direitos públicos. É preciso, pois, responder com um programa novo – assentado nas conquistas já alcançadas – a esta nova legitimidade dessas demandas fundamentais.
43. O ano de 2013 também foi marcado por uma nova ofensiva das forças político-midiáticas neoliberais em torno da disputa dos rumos da política macroeconômica, centralizadas sobre o aumento da taxa Selic e pela não redução do superávit primário. É preciso, pois, disputar abertamente a legitimidade democrática do sentido e do aprofundamento das políticas econômicas antineoliberais que se afirmaram mais claramente a partir do fim do primeiro mandato do presidente Lula.
44. A afirmação do planejamento democrático, da função decisiva do setor público como financiador, produtor e regulador, das medidas de combate aos poderes financeiros, das iniciativas de defesa dos direitos do trabalho e da ampliação das políticas sociais, da defesa da soberania nacional diante da pressão rentista internacional, da agricultura familiar, da reforma agrária e do direito dos povos e comunidades tradicionais aos seus territórios é fundamental para inverter um panorama político e comunicativo defensivo. É necessária uma reforma tributária que elimine a guerra fiscal e a renúncia fiscal como instrumentos de política industrial e uma inversão do atual predomínio de impostos de consumo, altamente regressivos, por uma ampliação dos impostos sobre a renda, a propriedade territorial urbana e rural, sobre as operações financeiras, sobre as heranças e doações com progressividade nesses impostos diretos. É fundamental a luta pela redução sistemática da taxa de juros, contra a “independência” do Banco Central (que nada mais é do que sua dependência do capital financeiro), pela ampliação dos bancos e do crédito públicos, sem a lógica da especulação financeira privada. Vimos que mesmo a queda sensível da Selic não impediu a agiotagem da banca privada. O acesso à terra é incondicionalmente um princípio para a construção de um país democrático e igual. O avanço do fim da pobreza extrema no campo tem na reforma agrária um alicerce primordial, capaz de produzir o bem viver no meio rural, que assegure à nossa juventude todas as condições de permanência no campo e que promova as condições para produzir e comercializar de forma agroecológica.
45. Entre as tarefas da Revolução Democrática Brasileira que orientam nosso programa para o quarto mandato presidencial, está a luta pela inserção autônoma na divisão internacional do trabalho. Lutar contra a reprimarização da economia brasileira e pela diversificação de nossa base produtiva, nas suas diversas manifestações. Aumento dos recursos públicos para a pesquisa e desenvolvimento, fortalecimento do nosso sistema nacional de inovação tecnológica, uma política industrial que integre de forma competitiva nossa indústria nas cadeias internacionais de valor e uma ambiciosa política de fomento aos arranjos produtivos locais são parte integrante da consolidação de uma pujante economia de massas. Uma política industrial ativa e estruturadora do desenvolvimento, combinada com um sistema nacional de ciência e tecnologia, e uma política nas áreas dos grandes serviços públicos que não se rendam à lógica neoliberal de que o Estado não funciona. Áreas de serviços como

energia, telefonia, água, transportes de massas, pedágios, entre outros, devem ser reguladas pelo Estado para que que esses serviços respondam aos interesses do desenvolvimento nacional e da justiça social e não aos da acumulação privada. Nos casos que couber, o Estado deve intervir diretamente.

46. Cabe ainda registrar a contradição entre as tarefas democráticas postas para um segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff e a política de alianças em curso. Há uma nítida diferença entre o sentido programático da reeleição de Dilma e a opção preferencial pela aliança com o PMDB, que no Congresso Nacional tem evidenciado e até aprofundado o seu atrelamento a posturas e interesses conservadores. Neste quadro, será decisiva a nitidez programática imprimida pelo PT e pelo PC do B e pelos setores mais progressistas da coalizão à candidatura Dilma Rousseff, preparando inclusive um esforço de uma nova convergência política e social nos próximos anos. Trata-se, pois, de construir o bloco social capaz de sustentar as transformações que o governo do PT precisa implementar em um quarto mandato à frente do país.

A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NO PROGRAMA DO QUARTO MANDATO

47. A criação de uma nova legitimidade para a democratização do poder político no Brasil foi o principal resultado das manifestações de junho de 2013. Passou-se de um mal-estar crônico diante das instituições de representação da democracia brasileira, medido já há alguns anos pela desconfiança popular diante dos órgãos parlamentares de representação e os próprios partidos, para uma situação crítica da legitimidade democrática, que tende a fazer crescer os votos nulos, brancos e de protesto. Na resolução "Diretrizes de um programa para a revolução democrática", aprovada na X Conferência Nacional da DS em 2011, já chamávamos atenção para o déficit democrático central da experiência de transformação dos governos Lula e propúnhamos centrar em seis dimensões combinadas: a luta pela reforma eleitoral do sistema político, a introdução em escala ampliada da participação da democracia participativa no governo federal, a luta pela democratização da formação da opinião pública, o enfrentamento da corrupção sistêmica, o aprofundamento da Justiça de Transição, envolvendo a mudança de paradigmas das políticas de segurança pública, e, finalmente, a luta pela democratização da Justiça no Brasil.
48. Como já afirmamos: "Uma mudança da natureza do Estado equivale a sua refundação democrática através de um novo modelo de Estado. Em geral, ela se expressa por um processo de Assembleia Constituinte, que se realiza em meio à construção de uma nova hegemonia. Assim, ela procura maximizar na transformação social a dimensão do consenso e da vontade das maiorias em relação ao momento de força ou de coerção das transformações sociais. Ela consolida os avanços obtidos por reformas e conquistas parciais, mas os reorganiza em uma nova lógica unitária de Estado a partir de novos princípios de civilização."² A proposta de fazer uma Assembleia Constituinte exclusiva para redefinir as bases de funcionamento democrático do Estado brasileiro apareceu com centralidade na primeira resposta de Dilma Rousseff às manifestações de junho, tendo sido retirada após encontrar forte resistência das forças majoritárias no Congresso Nacional, inclusive na própria base parlamentar do governo. Ela hoje reaparece na proposta de realização de um plebiscito po-

2. Resolução da X Conferência Nacional da DS, parágrafo 28.

pular a ser realizada em setembro de 2014, em favor da convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para realizar em um sentido amplo a reforma política, através de uma campanha popular frentista que reúne as principais entidades do movimento operário popular brasileiro. É decisivo que o PT, de corpo inteiro, se engaje nesta campanha, inclusive através de seus candidatos, e que a defesa desta proposta seja reapresentada pela candidatura à reeleição de Dilma Rousseff com o seu sentido de alargamento da participação popular, do pluralismo político e do controle público democrático sobre o Estado brasileiro.

49. A atuação da bancada parlamentar referenciada no movimento interno ao PT, Mensagem ao Partido na Câmara Federal, foi fundamental para evitar que o PT se colocasse de forma ambígua ou frontal contra a proposta defendida expressamente pela presidenta Dilma Rousseff em favor de uma reforma política do sistema eleitoral, com o seu centro no financiamento público de campanha. "Por contrariar interesses econômicos e conservadores tão estruturados e enraizados na nossa sociedade e na nossa cultura política, a conquista do financiamento público de campanha e do voto em lista, com paridade na representação das mulheres, não será fruto de uma autorreforma do sistema político."³ É preciso, pois, encontrar uma linguagem política coerente e pública para tornar esta campanha apoiada por dezenas de milhões de brasileiros. O caminho neste sentido é o de mostrar como o financiamento privado de campanha distorce completamente a representação política, em desfavor dos trabalhadores e dos setores populares, servindo, além disso, de principal meio de renovação da corrupção sistêmica no Estado brasileiro.
50. As jornadas de junho, em sua radical manifestação de maior participação nas decisões do Estado brasileiro, trouxeram uma nova legitimidade para as questões relativas à democracia participativa no governo federal. O acúmulo dessas experiências chegou a se unificar em uma proposta de institucionalização das novas leis sociais e das novas formas de participação, as quais, no entanto, ao final do governo Lula, acabaram por não ser encaminhadas. Durante o governo Dilma, as experiências das conferências nacionais foram aprofundadas, embora não alcançassem maior visibilidade e poder de agenda. A campanha de 2014 é um momento de clara expressão de uma proposta que consolide os avanços participativos e anuncie novos padrões de relação entre a formação das políticas públicas e do orçamento nacional e os movimentos sociais e a cidadania ativa no país. Defendemos mecanismos de participação popular na gestão pública de forma organizada, permanente e com poder de deliberação.
51. A aprovação pelo Congresso Nacional da nova lei contra a corrupção, enviada pelo governo federal a partir de estudos da CGU, mas só aprovada no Senado para promulgação pela presidenta Dilma após as manifestações de junho, deve ser considerada um marco na luta contra a corrupção sistêmica no Brasil que adquiriu uma nova qualidade e um novo tempo a partir da primeira gestão do presidente Lula. Ela é decisiva porque permite novas possibilidades de penalização dos corruptores, com graves penas administrativas e financeiras, das empresas que organizam circuitos de corrupção no Estado brasileiro. As avaliações da CGU e da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que reúne os principais órgãos

3. Resolução da X Conferência Nacional da DS, parágrafo 53.

de combate à corrupção no país, evidenciam os enormes progressos acumulados no combate à corrupção desde 2002, que passam pela própria constituição funcional da CGU, o reaparelhamento e novo dinamismo da Polícia Federal, a nova lei da transparência pública, os processos de monitoramento por sorteio dos repasses federais às gestões municipais, a tipificação e afastamento dos funcionários corruptos no governo federal, a nova Lei da Ficha Limpa, que coíbe o crime eleitoral, a formação do cadastro das empresas inidôneas, a relação ativa com os órgãos internacionais de combate à corrupção etc. Já é possível programatizar a partir desses avanços, em um período de tempo, o fim da corrupção sistêmica no Brasil, aquela que está tipificada e faz parte do próprio funcionamento do sistema político e do Estado brasileiro.

52. Uma das principais polêmicas que a Mensagem ao Partido e a Democracia Socialista têm mantido desde a crise de 2005 no interior do PT se refere à necessidade de dar centralidade ao tema da luta contra a corrupção, tratada como parte da luta democrática e a partir de um viés antiliberal. Há três razões que concorrem para esta centralidade: a corrupção no Brasil ainda é sistêmica, isto é, profundamente disseminada e tipificada devido às raízes antirrepublicanas de formação do Estado brasileiro, afetando até mesmo experiências de governos de coalizões lideradas pelo PT; a existência de uma corrupção sistêmica deslegitima e desmoraliza os fundamentos públicos e democráticos do Estado, criando fenômenos muito típicos nas democracias ocidentais de repúdio à política; na ausência de um enfoque hegemônico da esquerda, a bandeira da anticorrupção é instrumentalizada, ao modo udenista, em favor do Estado mínimo e de um ataque calunioso às próprias forças da esquerda. De outro lado, pelo caráter presidencialista do regime político e pela responsabilidade do Executivo em propor e executar o Orçamento, cabe-nos tomar a iniciativa para acabar com o instituto da emenda parlamentar, com os parlamentares integrando-se nos mecanismos de participação popular para, junto com a população, discutir e decidir prioridades orçamentárias.
53. Outra frente fundamental da democratização do poder no Brasil é manter o esforço concentrado na luta pela democratização da opinião pública.⁴ Esta luta ganhou novos contornos e dinamismos: o principal é a campanha nacional liderada pela Frente Nacional pela Democratização das Comunicações, que propõe a regulamentação dos artigos previstos na Constituição Federal e que até hoje foram obstaculizados pelo poder das grandes empresas privadas de comunicação; criaram-se elementos, em particular na rede virtual, mas também em iniciativas de jornais populares de âmbito local, da formação do que poderíamos chamar de uma rede democrático-popular de comunicação que, no entanto, exige ainda muito investimento político para se enraizar e fazer crescer o seu poder de informação e opinião alternativos; aprofundaram-se no PT e nas vanguardas da esquerda a consciência e as formulações das dimensões comunicativas e discursivas da luta pela emancipação social, retomando dimensões do marxismo clássico que foram sendo congeladas ou esquecidas ao longo dos anos.

4. "A privatização do processo de formação da opinião pública no Brasil – os oligopólios dos meios de comunicação de massa e um quadro de veto à aplicação da definição constitucional que prevê a atualização de sua regulação, criando uma situação quase de vazio legal – está certamente hoje entre os maiores obstáculos da democracia brasileira. A voz do cidadão não chega ao público e, quando chega, soa enfraquecida, distorcida, subvalorizada. Já a voz dos que têm privilégios, principalmente os de maior riqueza, propriedade e renda, chega estridente, silenciadora, caluniadora e preconceituosa. Os banqueiros têm uma livre tribuna cotidiana, em horário e espaço nobres; as dezenas de milhões de trabalhadores não têm sequer uma coluna ou seção ou programa para fazer valer sua cultura, seus valores, seus interesses. Na comparação internacional, é certamente a situação mais escandalosa em todos os contextos nacionais minimamente democráticos" (Resolução da X Conferência Nacional da DS, parágrafo 59).

54. Um dos maiores ganhos democráticos do governo Dilma Rousseff foi certamente em relação aos temas da chamada Justiça de Transição,⁵ através da formação da Comissão da Verdade e dos trabalhos da Comissão Brasileira de Anistia, do Ministério da Justiça. Investigar e tornar pública, como posição de Estado, a verdade sobre todas as dimensões criminosas da repressão da ditadura militar, cultivar a memória e a reparação dos que sofreram perseguição, punir os culpados pelos crimes contra os direitos humanos e reformar as instituições da repressão desenvolvidas durante o regime militar constituem os quatro elementos fundamentais da Justiça de Transição. A Comissão da Verdade, ao divulgar os arquivos guardados como segredos pelas Forças Armadas, ao esclarecer assassinatos de militantes e lutadores, ao prestar homenagem pública ao ex-presidente Goulart e investigar as condições de sua morte, ao se pronunciar pela voz de uma das suas coordenadoras em favor da revogação da Lei de Anistia da ditadura militar e pela punição dos criminosos, como é o posicionamento das instituições internacionais, criou uma nova dinâmica da Justiça de Transição no Brasil. Ao mesmo tempo, a Comissão Brasileira de Anistia tem promovido um formidável trabalho de memória com a criação de um Memorial Nacional da Anistia, com a inauguração de um conjunto de monumentos públicos, com caravanas da anistia e a publicação de livros, documentários e revistas teóricas sobre as experiências dos povos no campo da Justiça de Transição.
55. Um grande impasse das políticas do governo federal na área democrática continuam a ser as políticas de segurança pública, tendo se perdido uma dinâmica inicial construída pela I Conferência Nacional de Segurança Cidadã e pelo lançamento do Pronasci, que inauguraram no campo da institucionalidade a inserção e a priorização, em todo o território nacional, do novo paradigma da Segurança Pública Cidadã. A militarização das PMS, sua subordinação aos entes federativos, a forte propaganda conservadora sobre a necessidade de novas leis punitivas, a continuidade de uma ostensiva, escandalosa e infamante escalada no assassinato de jovens da periferia, em sua maioria negros, fato que reforça o racismo institucional ainda presente nesta instituição,⁶ constitui certamente um impasse central da democracia brasileira. É fundamental que o PT e um segundo mandato Dilma reconstituam uma dinâmica pública, a partir de valores da esquerda nesta área, a partir das experiências positivas locais já realizadas e do acúmulo de elaboração de políticas públicas disponíveis.

5. Assim tratamos esse tema: “Está evidentemente vinculado a esta falta na democracia brasileira dos valores da Justiça de Transição, a manutenção de um aparato de segurança público e privado que funciona às margens dos direitos humanos e que age violentamente, em geral, contra os mais pobres, em particular os negros, os favelados, os travestis e as transexuais. Após o grande aprisionamento dos anos neoliberais, quando o número de encarcerados no Brasil aumentou em mais de mil por cento, os presídios massificaram uma herança antiga, a de submeter presos comuns a situações que fazem lembrar campos de concentração. Em geral, os mais pobres são mais afetados por este fenômeno, já que os que têm acesso a dinheiro ou a educação superior acabam por conseguir condições de carceragem especiais. Superar esta chaga brutal da prática cotidiana e atual do Estado brasileiro é também uma das metas da construção de um novo Estado democrático, que inclua a segurança pública no direito cidadão” (Resolução da X Conferência Nacional da DS, parágrafo 68).

6. O conceito de racismo institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Para os autores, “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”. Uma das faces da violência é o racismo institucional. Avançar na revolução democrática passa, necessariamente, por combater todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

56. Outro grande impasse é o das relações entre o poder judiciário e o processo de republicanização incompleto do Brasil.⁷ Em particular, o período recente, com o julgamento da Ação Penal 470, demonstrou com todas as evidências os riscos de um processo de judicialização da política e a instrumentalização do judiciário por forças conservadoras. Este continua a ser um grande desafio para as esquerdas brasileiras: o de democratizar o acesso à justiça, de superar as dimensões classistas e conservadoras de sua história e, ao mesmo tempo, tornar o funcionamento do judiciário brasileiro compatível com os princípios fundamentais da soberania popular.

7. "Na maior parte do tempo desde a formação do Estado nacional, o Judiciário brasileiro, em contextos classistas, oligárquicos e de inclusão corporativa, não se constituiu como um poder democrático e republicano. Fechando-se a dinâmicas interativas e porosas ao princípio da soberania popular, foi mais liberal privatista do que garantidor dos direitos públicos, alimentou privilégios classistas, racistas, patriarcais e oligárquicos, além de impunidades, mais do que universalizou a simetria dos direitos e deveres, ficou refém do controle de classes e grupos privilegiados mais do que se abriu ao uso e controle democráticos das maiorias." "Desde a Constituição de 1988, tem havido avanços, transformações e conquistas parciais no sentido da republicanização e da democratização do Judiciário sem alterar estruturalmente, no entanto, as características conservadoras de sua formação. Para a revolução democrática que lida com um processo dinâmico e crescente de criação de direitos, a democratização e republicanização do Judiciário é fundamental. Através das teorias democráticas do Direito, em sua linguagem do público, do enriquecimento da pauta e da agenda dos direitos humanos, dos direitos comunitários ou coletivos, dos direitos feministas e multiculturais, da construção discursiva e histórica de sua legitimidade, criam-se formas de articulação entre a luta dos movimentos sociais e a institucionalidade em processo de mudança. Ela permite a passagem de políticas de governo ou conquistas de movimentos sociais para a dimensão de Estado, através de sua constitucionalização, funcionando assim como uma alavanca de universalização e perenização de direitos. Ela possibilita a reposição de direitos históricos de reparação, no campo das relações antirracistas e antipatriarcais, além de estabelecer o paradigma da prioridade dos interesses públicos no campo das relações entre capital e trabalho, da estrutura fundiária, da regulação dos interesses privados mercantis em áreas-chave como a ecologia. Ela possibilita dinâmicas de erosão da crosta de privilégios históricos desfrutados desde sempre, em todas as áreas do Direito, pelos privilegiados, constituindo uma camada restrita de anticidadãos, dotados de todos os direitos e nenhum dever. Ela cria espaços, enfim, de arbitragem democrática de conflitos, sempre a partir do interesse público e dos procedimentos do pluralismo democrático" (Resolução da X Conferência Nacional da DS, parágrafos 69 a 71).

RESOLUÇÃO

O GOVERNO, A AGENDA FEMINISTA E O PROJETO DE SOCIEDADE

Em 2002 havia uma grande expectativa frente à eleição de Lula à Presidência da República, no entanto, era evidente que não seria um governo de ruptura tal como poderia ter sido se eleito em 1989. O Brasil havia passado por mais de uma década de neoliberalismo, o que significou forte precarização das relações de trabalho, privatizações, diminuição das políticas sociais do Estado etc. A expectativa, todavia, era de que o Governo Lula tivesse condições de superar o neoliberalismo, de retomar as políticas públicas de caráter universal, de construção de políticas de igualdade para as mulheres, de mudança do modelo de produção, que priorizasse o consumo interno, distribuição de renda, reforma agrária, entre outros.

O processo no qual se gestou o projeto do PT foi profundamente marcado pelas pautas do feminismo. Isso se deu pela presença de um setor feminista em sua construção e pela existência de um forte movimento autônomo de mulheres, com ação também nos setores populares e sindicais e com organização no interior dos movimentos sociais.

Com a chegada do PT ao governo federal novas políticas ganharam prioridade articulando a promoção do desenvolvimento econômico, reorientado a partir de investimentos voltados para o consumo interno, com a redução das desigualdades sociais, por meio de uma extensa agenda de combate à fome e de enfrentamen-

to à pobreza extrema, além da recuperação da capacidade de planejar e investir, com importante repercussão na ampliação dos serviços públicos.

O PIB aumentou, a renda da população mais pobre subiu, repercutindo nas desigualdades regionais, principalmente como resultado de um incremento da renda do trabalho que se expandiu e que provocou também uma alteração das desigualdades campo-cidade, já que a renda cresceu mais entre os pobres rurais, do que nas metrópoles e nas demais cidades, sendo que esse crescimento foi mais expressivo na renda proveniente do trabalho agrícola. Além disso, a população em situação de extrema pobreza diminuiu nas áreas rurais saindo dessa situação de mais de quatro milhões de pessoas nos últimos anos.

As mudanças empreendidas tiveram forte repercussão na vida das mulheres brasileiras, em particular no aumento dos rendimentos, no acesso às políticas de proteção social com destaque para a previdência, na ampliação do suporte do Estado no provimento de serviços públicos, as quais tiveram reflexos diretos na qualidade de vida e no trabalho de cuidados, em especial na educação infantil. Políticas para as mulheres foram instituídas e impulsionadas a partir da criação de institucionalidades específicas e com elementos importantes de gestão participativa das mesmas por meio das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres.

Apesar dos grandes avanços o país continua marcado por profundas desigualdades de gênero e, nesse sentido, as conquistas alcançadas não reverteram as desigualdades socioeconômicas. A afirmação de um projeto de sociedade com igualdade entre mulheres e homens encontra barreiras estruturais e ideológicas ainda profundas que necessitam ser enfrentadas com vigor no próximo período, uma tarefa dos nossos governos e da militância dos movimentos sociais.

A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA E AS MULHERES

No caso do Brasil, é muito evidente a relação entre melhoria do acesso à renda e aumento do salário mínimo. Vários dados apontam a melhora das condições econômicas das mulheres. Segundo a PNAD, entre 2004 e 2011, o rendimento cresceu 31% para os homens e 45% para as mulheres. Esse é um dado extremamente importante em um quadro de diminuição da desigualdade em geral no Brasil, mais ainda como um país extremamente desigual e com alta concentração da riqueza. No campo, aumentou a proporção das mulheres rurais dedicadas a atividades geradoras de renda. Estas desigualdades, entretanto, permanecem significativamente maiores entre as mulheres negras. O aumento do rendimento e a melhoria na alocação profissional continua reafirmando a extrema desigualdade racial que estrutura as relações sociais e as condições de vida da população.

Ao mesmo tempo, a divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado permanece com força no Brasil. Apesar do aumento do acesso das mulheres ao mercado de trabalho e à ocupação no campo, o trabalho das mulheres é considerado uma mera extensão dos cuidados dos filhos e dos demais membros das famílias. O trabalho produtivo realizado pelas mulheres continua sendo concebido como uma ajuda, e fortemente ocul-

tado, mesmo que os dados comprovem que 35% das famílias são chefiadas por mulheres. Essa invisibilidade fica evidente nas estatísticas oficiais sobre a duração da jornada de trabalho, que indica a subestimação do trabalho total realizado pelas mulheres. Esta realidade nos mostra que o trabalho doméstico e de cuidados, quando deixados ao sabor das soluções privadas no interior das famílias, acabam por penalizar as mulheres pelas hierarquias de gênero existentes no espaço privado e contribuem para que fiquem economicamente dependentes dos homens.

Ainda que haja uma ampliação das áreas de trabalho e ocupação das mulheres, elas ainda permanecem mais concentradas em áreas mais desvalorizadas economicamente e com menos direitos garantidos, como setor de serviços e o emprego doméstico. Isso reflete também a permanência de uma divisão sexual do conhecimento nos processos de formação acadêmica e profissional. Mesmo na juventude, essa tendência ainda é dominante.

O COMBATE À POBREZA E AS MULHERES

A partir da década de 1990 desenvolveu-se, no nível internacional, uma análise de estratégias de lidar com a pobreza que focava, em vários aspectos, na forma como atingia as mulheres. Dando visibilidade à situação de pobreza das mulheres, nas instituições multilaterais desenvolveram-se estratégias de colocar as mulheres como público-alvo prioritário de políticas focais de alívio da pobreza. Nesses marcos se iniciaram as chamadas políticas de transferência de renda, que foram sendo desenvolvidas em distintas partes do mundo, em vários países da América Latina. As mulheres passaram a ser consideradas público prioritário desse processo, ancorado em estudos que indicavam que elas, em geral, investiam seus recursos no bem-

-estar da família, partindo de uma visão de sua postura altruísta como parte da identidade feminina. Assim, forjava-se um discurso sobre qualidades das mulheres ancoradas em uma visão naturalizada da maternidade e do cuidado da família.

A eleição de governos progressistas na América Latina, se por um lado representou uma busca por romper com as políticas neoliberais e retomar o papel do Estado na organização da vida social, na economia e no planejamento público, por outro foi marcada pelo investimento substancial na ampliação da cobertura das políticas de transferência de renda, sendo essa política a central estratégia no combate à pobreza

No Brasil, combinando distintas estratégias, o governo ampliou de forma imensa a cobertura das políticas de transferência de renda, associou o benefício ao acesso a políticas públicas, em especial de saúde e educação, expandiu a possibilidade de acesso do público do programa a propostas de capacitação para o mercado de trabalho, investiu em potencializar as condições de produção e comercialização para a população rural empobrecida. No Brasil, foi evidente que houve uma alteração do alcance dessas políticas, indo em direção oposta aos anos de neoliberalismo em aspectos importantes, como a ampliação da intervenção do Estado e a integração de políticas. Em um marco de recuperação do Estado como garantidor de direitos e indutor de políticas econômicas, sua força é não serem programas isolados, mas articulados a um conjunto de políticas sociais e econômicas implementadas em distintos âmbitos, como saúde, educação, aumento do salário mínimo, formalização do emprego, políticas de apoio à agricultura familiar etc. É inegável o reconhecimento de sua importância como resposta emergencial à pobreza, e o desafio de sua vinculação a uma proposta de desenvolvimento que se contraponha às respostas neoliberais para a pobreza.

Nesse contexto, há um intenso debate de avaliação do significado dessas políticas e, no movimento feminista em geral, destaca-se a crítica ao seu traço familista, de reforço da visão das mulheres como responsáveis pela família, no papel de mães, e de que as condicionadas sempre impõem uma sobrecarga de responsabilidade para as mulheres.

Assim, é preciso refletir sobre estas políticas como parte de uma estratégia global de garantia de melhoria das condições de vida e cidadania para todos. A priorização das mulheres nestas políticas continua, com frequência, revestida de um discurso conservador, que aposta na permanência das mulheres na situação de responsáveis pelas crianças, reforçando a naturalização de uma identidade instrumental das mulheres com o cuidado familiar. Se, ao longo dos anos, a ênfase do discurso reforçador do papel tradicional das mulheres perdeu algum peso, permanece como um substrato não questionado e repetido, em especial nos momentos de disputa política, como os períodos eleitorais.

Ter trabalho e rendimento é central para a eliminação da pobreza. O acesso à renda possibilita novas condições de vida que, em um processo combinado, atinge distintos âmbitos de direitos e igualdade. Assim, as políticas de combate à extrema pobreza no Brasil incidiram diretamente nas condições de desigualdade vividas pelas mulheres e pela população negra.

O fato de serem as mulheres as titulares prioritárias dos benefícios de transferência de renda possibilitou que várias delas tivessem, pela primeira vez, renda própria, ao mesmo tempo em que alteraram os níveis de pobreza geral do país.

As políticas de transferência de renda também tem papel destacado na superação da pobreza no meio rural. O processo de masculinização da população rural em

curso desde a década de 1990 vem se alterando, com a tendência da estabilidade da migração feminina do campo para a cidade, segundo dados recentes. A estabilidade da migração feminina rural-urbana está associada, de alguma forma, à maior incidência das políticas públicas, seja no combate a miséria extrema, seja nas políticas de inclusão produtiva nos últimos anos, nas quais, as mulheres passaram a ser consideradas sujeitos na economia e também titulares em programas de proteção social.

As mudanças nas relações entre mulheres e homens, uma maior participação das mulheres no mundo do trabalho remunerado e mudanças nos arranjos familiares refletem no acúmulo de responsabilidade e sobretrabalho das mulheres. O grande aumento de mulheres chefes de família desde a década passada se insere nesta dinâmica. Se, por um lado, traduz em maior autonomia das mulheres, por outro, acarreta maior sobrecarga de trabalho. Nesse sentido, essa realidade demanda urgentemente a promoção da socialização do trabalho doméstico e de cuidados por parte do Estado e a alteração da ausência de responsabilidade masculina com as tarefas domésticas e familiares.

A questão do trabalho doméstico explicita a combinação da desigualdade de classe, raça e gênero, que marca a disputa atual em torno da regulamentação da PEC das trabalhadoras domésticas, que são majoritariamente mulheres negras.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E CONTRADIÇÕES SOCIAIS

A ampliação dos serviços públicos tem impacto positivo na vida das mulheres, já que essas são as mais afetadas pela baixa cobertura, devido à responsabilidade

quase exclusiva no trabalho de cuidados da família. A ampliação destes serviços nos últimos anos está associada à recuperação estatal da capacidade de planejar e de investir, que tem a maior expressão no programa de investimentos em infraestrutura do país, o PAC 2. Com esse programa a taxa de investimentos do setor público cresceu e expandiram-se não apenas investimentos em logística e energia, mas também, em infraestrutura social e urbana, incluindo obras de saneamento, infraestrutura viária, equipamentos para estradas vicinais, educação, saúde, dentre outros.

Apesar das conquistas que o PAC trouxe para as mulheres no que se refere à ampliação de serviços públicos, especialmente na área da saúde, educação, logística e energia, a política de investimentos não foi acompanhada de medidas para lidar com os impactos sociais decorrentes. A desagregação social nas áreas afetadas pelas grandes obras, o processo anti-democrático e a organização da prostituição no entorno dos canteiros, nos levam a questionar a lógica do modelo de implementação das obras e a atuação dos consórcios empresariais nos territórios.

EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIREITO DAS CRIANÇAS E UMA ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES

O cuidado com as crianças e as responsabilidades familiares não podem ser atribuídas às mulheres. A educação e a socialização das crianças são tarefas coletivas e que demandam imenso investimento social. No âmbito privado, a permanência da divisão sexual do trabalho é coluna estrutural das limitações da participação das mulheres no mundo público. A reivindicação básica do feminismo, de que os cuidados com as crianças sejam responsabilidade pública e abolição do trabalho

doméstico e familiar como encargo exclusivo das mulheres, torna-se ainda mais evidente com as novas dinâmicas familiares e de trabalho. A política de creches e educação infantil, a implantação da educação em período integral são centrais nesta questão.

Na distribuição de responsabilidades federativas, a legislação atribuiu aos municípios a responsabilidade de provimento da assistência à creche e pré-escola, além disso, por lei a educação infantil não é obrigatória em nosso país. O resultado desse pacto “patriarcal-federativo” só muito recentemente vem sendo alterado. Até o início da década passada, as matrículas em creches mantinham uma cobertura de menos de 10% das crianças até 3 anos.

A partir do segundo mandato do governo Lula o governo federal passou a investir na implantação de creches e pré-escolas e o governo Dilma intensificou o apoio aos municípios nesta área, priorizando políticas de educação infantil. Mais de 5 mil creches foram construídas e outras 3 mil serão implantadas. Atualmente a cobertura chega a 21% das crianças de 0 a 3. Mas é importante destacar que a ampliação do acesso à creche ainda não respondeu ao desafio dessa política no campo, já que sua expansão ocorreu de forma quase exclusiva nas áreas urbanas.

A insuficiência de estabelecimentos de educação infantil, principalmente para as populações mais pobres, agrava as possibilidades de organização da vida pessoal, do trabalho e da família. Na medida em que as ideologias de gênero atribuem aos homens o lugar de provedores principais e às mulheres o de trabalhadoras secundárias e responsáveis pela família, as soluções privadas normalmente impõem elevados custos às mulheres. Ainda que cada vez mais mulheres trabalhem fora, as responsabilidades familiares permanecem ainda uma tarefa quase que exclusivamente feminina. No caso das mulheres camponesas, que desenvolvem atividades produtivas – e que não têm seu trabalho reconhecido – torna-se ainda mais difí-

cil a percepção da necessidade da implantação de Escolas de Educação Infantil no meio rural.

POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Dentre as políticas sociais, a Previdência Social exerce importante papel na proteção social às mulheres. Hoje as mulheres são responsáveis por uma grande proporção dos domicílios brasileiros chefiados por aposentados e pensionistas. A expectativa de vida superior a dos homens, associada à dinâmica desigual de nupcialidade, leva a que grande parte das mulheres chegue à idade avançada sem companheiros e com o encargo de cuidar de sua família.

Além disso, a renda é menor nos domicílios chefiados por mulheres, e a previdência é responsável pela maior parte dos rendimentos das mulheres nas áreas urbanas. E no campo, o percentual é ainda superior, diferente do que ocorre entre os homens, especialmente nas áreas urbanas.

Apesar do crescimento das mulheres na Previdência Social, como reflexo do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a cobertura é ainda baixa e inferior à dos homens, e de forma mais crítica entre as empregadas domésticas.

Em função do benefício do salário-maternidade, a maioria dos benefícios previdenciários emitidos são destinados às mulheres. Entretanto, o valor gasto com os benefícios dos homens é maior, em razão do salário médio das mulheres ser menor, o que retrata bem as distorções existentes no mercado de trabalho.

Finalmente, neste período em que há um forte investimento em um novo padrão de desenvolvimento e crescimento econômico, pouco se investiu em uma mu-

dança de padrões de sociabilidade e de criação de novos valores, em contraposição ao estímulo ao consumo e ao endividamento excessivo da população de baixa renda. A combinação entre relações patriarcais e a ênfase sobre o consumo tem também um aspecto perverso sobre as mulheres, uma vez que o processo de controle do corpo, do comportamento e a imposição de um padrão de beleza opressor e racista se traduzem em excesso de medicalização e do mercado da estética.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES

O início da institucionalização de organismos governamentais de políticas para as mulheres no Brasil, deu-se no processo de transição da ditadura para a democracia, com a criação dos Conselhos de Direitos das Mulheres, órgãos de caráter ambíguo que combinavam assessoria ao Executivo com representação do movimento de mulheres.

De outro lado, a partir de 1989, nas prefeituras governadas pelo PT, outra visão passa a ser implementada, com base na necessidade de um órgão Executivo que estabelecesse uma relação com o movimento de mulheres, por meio de mecanismo de diálogos, participação popular e controle social.

As petistas foram muito ativas em todas as campanhas eleitorais no que se refere tanto à mobilização quanto à elaboração de propostas para os programas de governo. Fruto desse processo foi a inclusão no programa de governo da campanha de 2002, no capítulo feminista, da proposta de criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de ministério.

No primeiro mandato petista no governo federal, a criação da SPM foi um marco para o reconhecimento das

necessidades de mudanças no Estado de modo a romper com sua estrutura patriarcal e efetivar políticas de igualdade para as mulheres. Diversas mudanças foram introduzidas inclusive nas ações e estruturas iniciadas nos governos anteriores. Estabeleceu-se outro padrão de relação com os movimentos de mulheres e a sociedade civil organizada, em particular a partir da realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. Milhares delas e de gestores de todo o país definiram diretrizes consolidadas posteriormente no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que envolve o conjunto dos ministérios e conta com um comitê de monitoramento com representação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Ainda como parte dessas mudanças, o CNDM deixou de ser indicado pelo Executivo. Estruturou-se um processo de eleição a partir das organizações dos movimentos de mulheres e da auto-organização delas nos movimentos sociais mistos.

No início do governo Lula já havia nos Ministérios da Saúde (MS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) um começo de institucionalização de propostas ou programas voltados para a igualdade das mulheres. Logo outros também passaram a ter programas específico; processo que ainda é, efetivamente, muito heterogêneo e desigual. No caso do MDA houve um desenvolvimento no sentido de ampliação, e hoje é uma diretoria. As mudanças se refletiram ainda no orçamento e na capacidade de desenvolvimento de programas e, evidentemente, no público alcançado. As ações que abarcam a obrigatoriedade de titulação conjunta, a criação de uma linha de crédito específica, o programa de documentação, de incentivo à organização produtiva das mulheres, propostas específicas em Assistência Técnica de Extensão Rural (Ater), entre outras, têm seus resultados percebidos em dados concretos, como a emissão

de documentação civil para mais de um milhão mulheres em 4.667 municípios. Outro dado relevante é o percentual de mulheres titulares de lotes da reforma agrária, que saltou de 24,1% para 72%, com a titulação conjunta obrigatória, entre 2003 e 2013.

Essas ações foram extremamente potencializadas por programas de venda direta dos produtos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Alimentação Nacional Escolar (PNAE), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que contribuem para enfrentar um dos problemas cruciais das e dos produtores da agricultura familiar e camponesa. Sobretudo no caso das mulheres, a comercialização levou o movimento no campo a reivindicar um percentual de contratação de grupos de trabalhadoras.

O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA PATRIARCAL

Há dez anos o governo iniciava com dados assustadores em relação à violência. Hoje, a Lei Maria da Penha é símbolo da concretização de um esforço de atenção às mulheres que sofrem violência, dentro de uma perspectiva de sua erradicação. Sua implementação, portanto, está inserida na articulação com outras políticas, seja de saúde, segurança, seja de garantia da autonomia econômica das mulheres.

O projeto de lei enviado pelo Executivo ao Legislativo teve como ponto de partida uma proposta apresentada por um grupo de ONGs feministas, posteriormente debatida e modificada no CNDM. Durante sua tramitação no Congresso, foram realizadas várias audiências públicas, nas quais, além de propostas de emendas, consolidou-se um amplo processo de debate na sociedade, o que contribuiu para a legitimidade da Lei Maria da Penha antes mesmo de sua aprovação.

Um aspecto positivo a ser ressaltado é o fato de a lei tratar especificamente da violência que sofrem as mulheres, o que enfatiza, portanto, a existência de uma relação de opressão a ser superada. Isso gerou várias reações conservadoras, em particular no Judiciário, ao questionar uma suposta perda do caráter universal proposto pela Constituição, em razão de ser voltada para as mulheres. Este é um longo debate do movimento feminista: não haverá igualdade e universalidade enquanto os desiguais não forem tratados como desiguais, o que torna necessárias ações afirmativas ou de discriminação positiva.

As mudanças em relação à violência contra a mulher ainda são muito difíceis de ser avaliadas, em função do subregistro, das poucas denúncias etc. A Fundação Perseu Abramos realizou, em 2001, a pesquisa "Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado", atualizada em 2010, com a inclusão de homens e novas questões, intitulada "Mulheres e Gênero nos Espaços Público e Privado". Comparando-as, ainda que em 2001 apenas doze modalidades de violência tenham sido investigadas, a taxa de mulheres que já sofreram alguma violência caiu de 43% para 34% – mais especificamente, a taxa agregada de violências ou ameaças físicas caiu de 28% para 24% e a de violências psíquicas, de 27% para 21%.

Um ponto fundamental é que o combate à violência se constituiu como uma agenda na sociedade, mesmo que ainda limitada, com pouca compreensão da complexidade da questão. E um grande desafio que persiste é efetivá-la e realmente implantá-la no conjunto dos municípios e governos estaduais. Esse empenho se traduziu na articulação de um Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, pela Secretaria de Política para as Mulheres.

Outra questão que se ancora de forma profunda nas relações patriarcais é a difusão e banalização da prostituição. No Congresso Nacional, tem sido recorrente o apa-

recimento de propostas de legalização da prostituição. Nossa crítica feminista à prostituição não é decorrente de nenhuma visão moralista ou conservadora. Defendemos o direito das mulheres viverem livremente sua sexualidade, com autonomia do desejo, questionando a heteronormatividade e a violência. Negamos, no entanto, a falsa liberdade oferecida pelo mercado, que se encerra unicamente na idéia de que não deve haver qualquer impedimento para alguma ação “econômica”. Esta ideia está na base da banalização da sexualidade, tornando-a mais um produto. Por isso, repudiamos veementemente qualquer proposta de regulamentação da prostituição, como o atual projeto de lei em tramitação no Congresso que, na prática, legaliza a cafetinagem. Defendemos uma política ativa do Estado que previna a entrada de meninas e mulheres na prostituição e, ao mesmo tempo, construa condições para que as mulheres prostituídas não sofram violência e possam sair dessa situação.

FRAGILIDADE PARA O TEMA DO ABORTO

Um dos pontos mais difíceis tem sido tratar a descriminalização e legalização do aborto, discussão que aparece carregada de preconceitos e com muita dificuldade de ser abordada. Essa fragilidade vem desde a campanha de 2002, quando o tema não constou no programa.

Isso não significou falta de iniciativas por parte do governo. O ponto mais positivo foi a comissão tripartite criada pela SPM depois da aprovação dessa questão na 1ª Conferência de Políticas para as Mulheres, que elaborou um projeto de lei. Este, no entanto, foi duramente contestado no Legislativo. O tema foi também utilizado pela oposição como um dos principais pontos para tentar impedir a eleição da presidenta Dilma, e, efetivamente, o partido e a campanha tiveram dificuldade de enfrentá-lo, o que significou um recuo de posição.

Fruto da chantagem e da pressão do período eleitoral, a questão da descriminalização do aborto foi retirada da pauta do governo. Isso é agravado pelo crescente conservadorismo no Legislativo e na sociedade e pela organização massiva da direita em relação ao tema. Essa fragilidade está presente ainda em outros temas sobre corpo e sexualidade, em uma realidade de agressões cotidianas às pessoas por sua orientação sexual. Isso impõe como tema central o debate em relação a laicidade e despatriarcalização do Estado.

DILMA: A PRIMEIRA MULHER NA PRESIDÊNCIA DO PAÍS

Dilma foi a primeira mulher na Presidência do país. É recorrente nos debates e entrevistas sobre o tema questões sobre o significado desse fato. Sem dúvida é motivo de orgulho para todas nós. A presença de uma mulher ocupando a posição central de liderança política tem um efeito simbólico expressivo para a posição das mulheres na sociedade. Se por um lado estimula a perspectiva de participação das mulheres em todos os espaços da vida pública, também denuncia as imensas dificuldades presentes no cotidiano das mulheres.

E a história tem demonstrado que a presença de mulheres em posições de destaque não pode prescindir da existência de um programa, de ações e políticas que alterem no cotidiano a vida das mulheres. Pelo contrário. A eleição da Presidenta Dilma aumentou as expectativas quanto à perseguição de objetivos e agendas mais claras em busca da igualdade de gênero. No entanto, seu governo não ficou livre de controvérsias e de pressão dos setores conservadores nacionais, responsáveis por alguns limites nos avanços que poderiam ser gerados. Ao mesmo tempo, sua eleição nos instiga a questionar ainda mais a complexidade que é a exclusão das

mulheres dos espaços valorizados da política e seus contornos específicos na modernidade pós-iluminista. Exclusão esta que persistiu nos processos socialistas. A profundidade desta exclusão nem mesmo um vigoroso movimento mundial de mulheres conseguiu reverter.

CONCLUSÃO

No limiar de um novo mandato do PT, da Presidenta Dilma, alguns desafios importantes se apresentam para a construção de um padrão de desenvolvimento e de uma proposta de sociedade em que a igualdade entre mulheres e homens esteja na estruturação da proposta de país.

Cada vez mais é preciso incidir sobre os pontos críticos da desigualdade. A violência contra as mulheres, e a forma brutal como tem vindo à tona no último período, é o sinal mais evidente de que o patriarcado marca a situação das mulheres no Brasil. Construir bases para a igualdade exige mudar as relações econômicas, fortalecer as condições de trabalho e autonomia econômica para as mulheres, ampliar políticas públicas, em particular nas questões vinculadas ao cuidado e ao cotidiano, fortalecer a seguridade social, rebater a noção de mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Da mesma forma, é preciso avançar no acesso e no direito à saúde e à decisão sobre ter ou não ter filhos.

Vale a pena, mais uma vez, questionar o lugar comum da recorrência de pensar a cidadania das mulheres a partir do papel de mães, como já discutido anteriormente. Um

exemplo é o que aparece em políticas como o Programa Rede Cegonha. Buscar os resultados na diminuição da morbimortalidade materna não se descola da importância de recuperar o acúmulo do movimento feminista da visão das mulheres como sujeito de direitos, a partir da defesa de políticas de atenção integral à saúde da mulher. Programas e ações específicos em relação à maternidade não podem se desconectar da visão de atenção integral e de que as mulheres são sujeitos políticos – e portanto sua cidadania plena deve ser assegurada.

Também é importante destacar a necessidade de fortalecer as perspectivas feministas na composição das políticas federais. A existência da SPM, um ministério voltado às políticas de igualdade, que se posiciona a partir de uma perspectiva feminista, ou o exemplo já citado das políticas desenvolvidas pelo MDA, com uma diretriz de garantia da autonomia econômica das mulheres também a partir da visão feminista, que incorpora como eixo estruturante a questão da economia feminista. A ampliação destas estratégias nos distintos ministérios é fundamental.

Há um debate e há diferentes experiências em curso. E, no debate e diálogo com os movimentos de mulheres, há explicitação das tensões e conflitos, por mais que nos temas mais polêmicos ainda existam grandes dificuldades para avançar, como é o tema do aborto.

Enfim, a disputa por um novo padrão de sociedade ou é nossa, ou ficará nas mãos do mercado e das forças conservadoras. E neste âmbito, não há igualdade possível.

RESOLUÇÃO

PARA ATUALIZAR AS DIRETRIZES ORGANIZATIVAS DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

O período mais recente de construção da tendência demonstra avanços significativos em nossa organização nacional. As tarefas de elaboração política, engajamento militante e de coordenação nacional garantiram graus elevados de unidade política e crescimento regional da DS.

Temos uma militância com muito orgulho de ser da DS. Ampliamos nossa abrangência nacional e agora estamos presentes em 25 estados, um crescimento que resulta da condução dada à disputa de rumos do PT. Nossa tendência se consolida como um espaço permanente de discussão e mobilização militante em torno dos rumos do partido e da nossa experiência de governo.

Em nosso esforço de elaboração política e organização da ação militante, construímos novos espaços.

■ O Ativo Nacional de Comunicação da DS atualizou os desafios e tarefas para organização coletiva, diante das novas tecnologias. A partir de então, lançamos nosso Portal Democracia Socialista e passamos a interagir com as novas ferramentas em redes sociais.

■ O Ativo Nacional de Negros e Negras da DS reposicionou o tema do combate ao racismo em nossa formulação marxista. O antirracismo veio ao centro da nossa estratégia e passou a fazer parte obrigatória do temário

dos cursos de formação política. Diferente de apenas cumprir cotas, a militância negra da DS ocupa espaços de decisão da tendência, seguindo critérios de representatividade e comprometimento. O Enegrecer – Coletivo Nacional de Juventude Negra organiza a juventude negra da Democracia Socialista para contribuir com a construção do programa e da atuação do PT, na luta política e social, por uma sociedade socialista livre das opressões racistas e machistas.

■ Iniciamos a experiência de realização das Plenárias Nacionais da DS, intercalando os anos de realização das Conferências. Passamos a reunir com maior periodicidade a nossa bancada federal.

Lançamos a *Revista Democracia Socialista*, nossa iniciativa mais importante dos últimos anos. É fruto do acúmulo de posições na direção e nas conferências nacionais realizadas. Tem o sentido de voltarmos a editar posições políticas e de retomar o debate sobre o socialismo, considerando a enorme importância da nossa tendência para a defesa de um marxismo criativo. A revista receberá maior acompanhamento e contribuição editorial da direção nacional.

Nesta XI Conferência Nacional da DS, atualizamos nossas diretrizes organizativas. Particularmente, sobre a organicidade militante, contribuindo com a sustenta-

ção financeira da tendência e maior envolvimento das direções estaduais com a produção da *Revista Democracia Socialista*; a coordenação do trabalho político nacional, principalmente com uma comunicação mais dinâmica; e o fortalecimento regional mais integrado ao projeto nacional da tendência.

ORGANICIDADE MILITANTE

Em nossa X Conferência Nacional, debatemos profundamente sobre o papel do e da militante da DS como tendência do PT. Afirmamos que nossa combativa militância está enraizada nos movimentos sociais e é ativa na construção do PT. Por isso, milita muito! É necessário, agora, reafirmar o caráter central da organicidade militante: o engajamento nos espaços de participação, o compromisso com as tarefas assumidas coletivamente, a autossustentação financeira.

Organizaremos nosso cadastro nacional. Ele será alimentado por dirigentes estaduais da tendência, indicados pelas instâncias e coordenado nacionalmente. Saberemos exatamente quantos somos, onde atuamos, qual a proporção de mulheres, jovens, indígenas, negros e negras. Teremos os contatos de nossos militantes que atuam nos parlamentos e nas gestões públicas. A organização do nosso cadastro facilitará a comunicação nacional, a arrecadação financeira e a organização de campanhas partidárias. Teremos, assim, o mapeamento das formas organizativas da nossa militância.

Ser militante de uma corrente política revolucionária é atuar pelo socialismo. Para tanto, é fundamental ter capacidade de convocação política. Isso quer dizer referência, legitimidade, organizar-se com determinada base social. Devemos reafirmar o compromisso militante de convocar novos companheiros e novas companheiras para compartilhar conosco o mesmo projeto.

Qualquer militante da DS tem condições políticas para convidar outros militantes para fazer parte da tendência e filiar-se ao PT, caso ainda não tenha aderido. Os espaços organizativos da DS devem ter momentos de celebração do nosso crescimento, com o registro de recentes adesões ao nosso programa e organização. A Conferência Nacional da Democracia Socialista (CNDS) produzirá um caderno de apresentação da tendência, voltado para novos e novas militantes. Com tiragem impressa e divulgação nas redes sociais, buscaremos ampliar permanentemente nossa referência como tendência petista, socialista e democrática.

Ao lado da participação nos espaços da tendência, a sustentação financeira também é um dever militante. Não se estrutura uma tendência política com dimensão nacional e elevado grau de importância para o PT sem autossustentação financeira. Estabeleceremos um novo mecanismo para a contribuição militante: o boleto bancário nominal. Através do boleto, organizaremos a cobrança da cotização anual, conforme faixas de renda aprovadas na X Conferência Nacional. O cadastro nacional facilitará esse mecanismo. A cotização militante é anual, independente de realização de Conferência ou Plenária Nacional no ano.

Iniciamos uma campanha de contribuição à *Revista Democracia Socialista*. Não é a compra de exemplares, mas sim uma contribuição voluntária. Desvinculada da cotização militante, a contribuição deverá, sobretudo, ser buscada junto a companheiros e companheiras que simpatizam e apoiam a existência de uma revista de debate programático, marxista e revolucionário. Buscaremos apoio de intelectuais, dirigentes partidários e antigos(as) e novos(as) companheiros(as). Para tanto, é tarefa das nossas direções e demais militantes oferecer essa possibilidade, listar possíveis doadores e procurá-los para efetivar as contribuições. As direções esta-

duais devem assumir ainda maior responsabilidade sobre a distribuição e arrecadação das vendas da revista.

COMUNICAÇÃO: INSTRUMENTO COLETIVO DE ORGANIZAÇÃO NACIONAL

A tendência é um espaço organizativo para coordenar e dirigir a disputa de rumos em suas várias dimensões. Porém, tal objetivo depende da capacidade continuada de desenvolver uma compreensão comum dos acontecimentos, da dinâmica da luta política e social e das iniciativas a serem tomadas. Tal capacidade requer instrumentos coletivos de organização da ação política da tendência. Os espaços de coordenação política (Coordenação Nacional e Grupo de Trabalho Nacional) e as instâncias decisórias nacionais (Conferências e Plenárias) possuem os papéis centrais de tomada de posições diante das conjunturas e definição de ações diante das lutas sociais e políticas. A comunicação da tendência cumpre papel de organização coletiva. Deve expressar nosso grau de coesão e identidade diante dos desafios conjunturais.

Temos, hoje, ferramentas da DS para atuação em rede: portal, boletim eletrônico e perfis nas redes sociais. São importantes mecanismos para divulgar nossas posições, convocar nossa militância e simpatizantes para agendas, propagandear a Revista Democracia Socialista e para difusão de conhecimento sobre teoria revolucionária. De acordo com nossa compreensão sobre o papel da comunicação, temos importantes ferramentas para a organização coletiva. Necessitamos, agora, aproveitar esse potencial.

O trabalho profissional para a comunicação da DS deve abarcar a alimentação do portal na internet, a publicação periódica do boletim eletrônico e a programação e elaboração de conteúdo para atuação em redes sociais.

Devemos engajar nossa militância para atuação política nas redes sociais. Engajar em torno das posições que assumimos no Conselho de Entidades Negras (CEN) e no Diretório Nacional (DN); do que realizamos no parlamento e governos em que temos maior responsabilidade; de nossa agenda construída pela CSD na CUT, pela Kizomba na UNE, pelo Enegrecer no movimento negro; das atividades impulsionadas pelas militantes feministas a partir da Marcha Mundial das Mulheres.

O CRESCIMENTO DA TENDÊNCIA

Entre as diversas tarefas da Coordenação Nacional a serem implementadas pelo Grupo de Trabalho Nacional, está a construção regional da tendência. Devemos construir e implementar um plano de crescimento regional. Significa acompanhar a organização e o planejamento das coordenações estaduais, contribuir com as estratégias eleitorais, com a militância que tem responsabilidade na direção dos movimentos sociais. O projeto estadual e regional de inserção e disputa deve estar integrado ao projeto nacional. Sem isso, não se viabiliza. A tarefa central do acompanhamento nacional é desenvolver esse aspecto.

A CNDS acompanhará de perto a construção da tendência nos estados com organização mais recente. Funcionamento democrático, organização financeira, dinâmica de formação política, tarefas de direção são todos aspectos imprescindíveis para garantir a organicidade militante.

Construiremos um plano regional de crescimento da DS. Planejaremos, em conjunto com as direções estaduais, as estratégias eleitorais e de filiação de novos militantes. Devemos iniciar imediatamente a elaboração e implementação desse plano e atualizá-lo na 2ª Plenária Nacional da DS, a ser realizada em 2015.

O plano de crescimento consistirá nas seguintes fases:

■ Primeiro semestre de 2014: planejamento das direções estaduais eleitas. Deverão considerar o conjunto de tarefas elencadas nessa resolução e dividir responsabilidades entre os dirigentes locais.

■ Período eleitoral: concentrar esforços na reeleição da presidenta Dilma, nas campanhas estaduais e na eleição de uma forte bancada parlamentar de militantes da DS. A campanha eleitoral é um momento favorável para aproximar militantes e envolvê-los em atividades sob nosso protagonismo.

■ Primeiro semestre de 2015: formação política e organização setorial. 1) Realizaremos, no início de 2015, uma nova edição do curso nacional de formação para novos e novas dirigentes da DS. Entre 2010 e 2011, reunimos mais de oitenta militantes em Brasília, em três momentos diferentes. Esses e essas militantes cumpriam tarefas de direção nos diretórios do PT, em governos, em movimentos sociais e na própria dinâmica interna da tendência. Teremos a oportunidade de realizar um balanço sobre essa experiência e contribuir com o investimento em formação política de uma

nova geração de quadros militantes em âmbito nacional. 2) Em conjunto com as coordenações setoriais da tendência, devemos construir espaços que combinem formação política com ativos nacionais; orientaremos a construção do setorial de militantes da área da saúde.

■ Segundo semestre de 2015: 2ª Plenária Nacional da DS e Formação Nacional de Quadros para Eleições Municipais 2016. 1) A Plenária Nacional terá como tema central a construção socialista do PT. Devemos experimentar novas formas de organização dos debates, mais participativos e que propiciem maior produção de conteúdo. Avaliaremos o plano nacional de crescimento DS e definiremos os passos seguintes. 2) A formação política orientada para as eleições municipais em 2016 – vereadoras(es) e prefeitas(os) – priorizará a participação de mulheres com objetivo de construção de futuras candidaturas. Investiremos na formação de uma nova geração de coordenadores(as) de campanhas eleitorais.

No esforço de elaboração programática, realizaremos um seminário sobre desenvolvimento e revolução democrática.

MOÇÕES

SAÚDE

O projeto de construção do SUS, representado na Lei 8.080, deve ser considerado uma das maiores conquistas dos movimentos sociais brasileiros. Durante os anos de sua implementação, foram muitas as resistências dos setores conservadores com forte pressão pela mercantilização e privatização da saúde pública. A disputa por uma concepção hegemônica à esquerda do que é a saúde é um dos principais desafios para avanço do SUS e da Revolução Democrática.

A saúde é tradicionalmente entendida como a cura da doença e que envolve o processo de assistência imediata, principalmente médica, de alta complexidade e farmacológica. A concepção hegemônica de direita tem contribuído para a manutenção do sistema econômico, uma vez que os maiores mercados de obtenção de lucro estão envolvidos com as enfermidades e suas curas, que favorecem a acumulação de capital direto e indireto para as indústrias farmacêuticas, hospitais privados, indústrias de equipamentos médico-hospitalares e todos os setores envolvidos.

Nessa lógica, o SUS não consegue afirmar seu projeto inicial de atenção integral, universal, equânime, humanizada, de qualidade, descentralizada e com contro-

le social. Precisamos fortalecer o SUS, garantindo sua efetivação com financiamento suficiente e consolidação da Lei Orgânica 8.080/90. Para superar seus desafios na disputa ideológica à esquerda, devemos reafirmar o SUS como uma forma de garantir a desmercantilização da saúde, da vida das pessoas e principalmente da vida das mulheres.

RECOMENDAÇÃO À MILITÂNCIA

FNDC

Na perspectiva da democratização dos meios de comunicação, que é um tema central no nosso programa de revolução democrática, considerando que a legislação é totalmente anacrônica, favorecendo a existência de um oligopólio que garante a hegemonia da opinião pública, subordinada ao interesse de um projeto neoliberal e conservador, consideramos fundamental que os(as) militantes da Democracia Socialista, bem como as entidades que dirigimos, participem dos Comitês Regionais do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), um dos principais espaços de luta pela democratização da comunicação.

COORDENAÇÃO NACIONAL

Acre: Taumaturgo Lima

Alagoas: Girlene Lázaro, Cícero Lourenço, Gino César

Amapá: Eneida Nascimento

Amazonas: Shirlei Nascimento, Everaldo Fernandez

Ceará: Luizianne Lins, Raimundo Ângelo, Ticiane Studart, Isabelle Azevedo

Distrito Federal: Arlete Sampaio, Gabriel Magno

Espírito Santo: Samira Sanches, Mauro Rezende

Goiás: Ricardo Ramos

Maranhão: Balbina Rodrigues

Minas Gerais: Fabíola Paulino, Estevão Cruz, Margarida Salomão, Gilberto Neves, Mirelly Cardoso, Clédisson Junior, Elaine Cristina, Dandara Tonantzin

Pará: Karol Cavalcante, Birá, Raimunda Lucineide, Claudio Puty, Ana Julia Carepa

Pernambuco: Eleonora da Silva, Cirilo Mota

Paraná: Lays Gonçalves, Natanael Coutinho, Josete Dubiaski, Marlei Fernandes

Rio de Janeiro: Clarissa Cunha, Bernardo Cotrim, Marisa Mello, Beto Bastos

Rio Grande do Norte: Isolda Dantas

Rio Grande do Sul: Eliane Silveira, Raul Pont, Gerusa Bittencourt, Álvaro Alencar, Sofia Cavedon, Carlos Pestana, Eulália Nascimento, Lucio Costa, Iris de Carvalho, Pepe Vargas, Chris Rondon, Henrique Pulga

São Paulo: Lea Marques, Gabriel Medina

Tocantins: Bismarque

Nacional: Andrea Butto, Carlos H. Arabe, Nalu Faria, Joaquim Soriano, Tatau Godinho, Gustavo Codas, Rosane Silva, Anderson Campos, Rosana Sousa, Juarez Guimarães, Daniel Gaio, Quêner Chaves, Miguel Rossetto, Arno Augustin, Rafael Freire, Marcelo Fragozo

Paridade entre homens e mulheres. Participação étnico-racial e de juventude: 20%.

Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

www.democraciasocialista.org.br